

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, agosto de 2011, número 44. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

O modelo de “reforma agrária” de mercado na prática: o caso do assentamento Rei do Alface em Londrina-PR

ARTIGO DO MÊS

Campesinos y procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

XII Semana de Geografia e VII Encontro de Estudantes de Licenciatura em Geografia:

As Geografias Latino – Americana, Diferentes Territorialidades - UNESP

Presidente Prudente – São Paulo, 22 a 26 de agosto de 2011

I Encontro Internacional dos Espaços de Fronteira

III Seminário Regional sobre Território, Fronteira e Cultura

VII Expedição Geográfica da UNIOESTE: Espaços de Fronteira – Território e Ambiente - UNIOESTE

Marechal Cândido Rondon – Paraná, 14 a 17 de setembro de 2011

V Simpósio Internacional de Geografia Agrária

VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária.

Belém – Pará, 7 a 11 de novembro de 2011

PUBLICAÇÃO

Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina

Autora: Flávia Braga Vieira

O livro está calcado em sólida revisão da literatura acerca do processo contemporâneo de internacionalização do capital e de suas formas de dominação. Traz um estudo sobre uma das mais ricas experiências de organização internacional dos subalternos: a Via Campesina. Fornece um amplo panorama do que foi a experiência das internacionais – desde a Associação Internacional dos Trabalhadores até a III Internacional. Esta perspectiva histórica oferece ao leitor os resultados de uma instigante investigação sobre as especificidades da Via Campesina.

APOIO 

Elaborado por Danilo Valentin Pereira (bolsista Ciência na Unesp), Vinicius Bonafin Stoqui (bolsista PROEX) e Marina Fortunato Bueno da Silveira (bolsista Ciência na Unesp). Pesquisadores do NERA

Coordenação: Carlos Alberto Feliciano; Revisão: Rubens dos S. R. Souza (bolsista FAPESP) e Francilane Eulália de Souza

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

O MODELO DE “REFORMA AGRÁRIA” DE MERCADO NA PRÁTICA: O CASO DO ASSENTAMENTO REI DO ALFACE EM LONDRINA-PR

Sergio Aparecido Nabarro

Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP)

sergionabarro@usp.br

Criado pelo Banco Mundial, no bojo das políticas neoliberais de ajuste estrutural, e adotado pelo Estado brasileiro na década de 1990, o modelo de reforma agrária de mercado representou, na realidade, uma tentativa de contensão das tensões sociais no campo por meio da desmobilização e criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra. No entanto, os desdobramentos nocivos dessas ações políticas vão além. A implementação desse modelo, dito de “reforma agrária”, representou na prática: a expansão do capital financeiro no campo; o aquecimento do mercado de terras e da especulação; inaugurou uma nova modalidade de recriação do campesinato, protagonizada pelo mercado, agravando o conflito entre a lógica capitalista de propriedade privada da terra e a concepção de terra de trabalho, na visão camponesa; além de promover o endividamento das famílias que aderiram aos programas de desenvolvimento rural, pautados no modelo de “reforma agrária” defendido pelo Banco Mundial.

Após três anos da implantação dos primeiros assentamentos rurais criados via programas de reforma agrária de mercado, prazo estipulado para iniciar o pagamento da dívida da terra e do PRONAF, foi verificado em diversas pesquisas que os assentamentos se apresentavam como inviáveis e que 90% dos mutuários não tinham condições de arcar com o pagamento das dívidas com o banco.

Dos oito assentamentos rurais existentes na região de Londrina apenas um deles (o Rei do Alface) está regular com o pagamento da dívida. Este assentamento é considerado pelo poder público local como “modelo”, ou seja, uma prova de que o modelo de reforma agrária de mercado é eficaz. No entanto, o que verificamos, ao estudá-lo, foi uma série de fatores que contradizem o discurso de eficácia do modelo, defendido pelo poder público.

A inscrição das famílias e a negociação do financiamento da terra foram realizadas diretamente com o Banco do Brasil. A inscrição para a aquisição da terra ocorreu no início do ano 2000, no entanto, a instalação das famílias se deu apenas em abril de 2001.

O assentamento Rei do Alface possui pouco mais de 27 hectares de área total, 6 lotes de 4 hectares e uma reserva florestal de aproximadamente 3 hectares. Está localizado em meio a grandes propriedades rurais, que cultivam soja e trigo. Está ainda localizado a poucos metros de uma importante rodovia (PR 545), uma das principais ligações dos municípios da região Norte do Paraná com Londrina.

A localização privilegiada, a 3 km da área urbana de Londrina, a excelente qualidade do solo e, a facilidade do transporte da produção fizeram do Rei do Alface um assentamento próspero, no que diz respeito às condições de reprodução social e material das famílias que estão no assentamento desde a sua formação.

Contrariamente à maioria dos assentamentos rurais da região, o Rei do Alface forma um grupo homogêneo no que se refere aos laços parentais. Além disso, o contrato de financiamento da terra foi feito

individualmente, ou seja, não há o “aval solidário”¹. Tudo isso, soma-se ao fato de que alguns assentados conheciam as potencialidades da propriedade, pois eram arrendatários nesta mesma área.

Os mutuários que foram assentados no Rei do Alface eram proprietários de pequenas porções de terras em Londrina, nascidos no interior do estado do Paraná, no entanto, já residiam há mais de 20 anos no município. Quando foram assentadas, além de conhecerem, e poderem escolher uma área com boa infraestrutura, as famílias, ao invés de aderirem ao PRONAF, ou a outras linhas de empréstimos, optaram por vender suas terras e investir o dinheiro nos lotes do assentamento. Isso fez com que elas tivessem o endividamento apenas com a aquisição da terra e logo de início já possuir trator e todos os equipamentos necessários para o trabalho.

A população do assentamento Rei do Alface é composta por pessoas jovens – aproximadamente 60% da população tem idade variando entre 30 e 45 anos. A composição familiar quase que na totalidade do assentamento é de 4 pessoas por família (pai, mãe e dois filhos em média). O nível de escolaridade é considerado alto em se tratando de uma população assentada, ou seja, 70% das pessoas concluíram o Ensino Médio, e todas as crianças freqüentam a escola, localizada muito próxima ao assentamento (cerca de 100 metros).

Logo no processo de formação do grupo e na aquisição da terra é possível notar grandes diferenças em relação aos demais assentamentos, como o fato das famílias terem autonomia na escolha da terra. Além disso, a infraestrutura já existente na área adquirida também proporcionou uma economia nos investimentos iniciais para estruturação dos lotes. Ainda soma-se ao fato que os mutuários eram minifundistas que resolveram vender suas antigas terras para estruturar o novo lote. Esse último fato revela que o “público” primordial dos programas de reforma agrária de mercado, ou seja, trabalhadores rurais sem terra não representam a totalidade das famílias atendidas por estes programas.

O “sucesso” do assentamento Rei do Alface tão defendido pelo poder público local é contrariado pois, das seis famílias iniciais restam apenas duas. Os quatro lotes restantes, na realidade se configuram como apenas um, ou seja, pertencem ao mesmo proprietário, dono de uma grande fazenda, vizinha aos lotes. Ele foi adquirindo essas áreas para a expansão das culturas de soja e trigo. As famílias que venderam seus lotes quitaram a dívida da terra no Banco do Brasil e com o restante do dinheiro a maioria comprou casa própria e passou a residir na cidade de Londrina. Portanto, o “sucesso” do assentamento trouxe consigo a concentração fundiária e a expansão da monocultura da soja.

Os moradores dos dois lotes que ainda existem, relataram que receberam propostas para venderem seus lotes, mas optaram por permanecer no assentamento até quando conseguirem.

O êxito do modelo de reforma agrária de mercado, no caso específico do assentamento Rei do Alface, ao invés do endividamento, aprofundou a especulação fundiária. Portanto, o discurso de alguns órgãos do Estado de que o modelo neoliberal de “reforma agrária” conseguiu ser efetivado com sucesso em alguns assentamentos como, por exemplo, o Rei do Alface, não se sustenta na prática, fato que revela a ineficácia e a falência do modelo de “reforma agrária” do Banco Mundial.

¹ O “aval solidário” é uma estratégia de crédito adotada por instituições financeiras como uma espécie de condição/garantia para empréstimos coletivos, ou seja, “uma família se torna avalista da outra”. Isso faz com que o valor da parcela referente ao empréstimo seja dividido entre todas as famílias. Se uma família não puder dispor de dinheiro para quitar a sua parte, a instituição financeira não recebe o pagamento da parcela e todas as famílias restantes ou ficam inadimplentes ou tem de quitar a dívida daquele que não conseguiu pagar sua parte.

REFERÊNCIAS

NABARRO, Sérgio Aparecido. *Reforma Agrária de Mercado nos Municípios de Londrina e Tamarana-PR*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.